



Ariovaldo Zani

é médico veterinário, CEO do Sindirações; Presidente da Câmara de Sustentabilidade/ABPA; Presidente do Conselho Consultivo de Insumos Agropecuários e Indústria Extrativa/SENAI SP; Membro da Comissão Estadual do Agronegócio do Conselho Regional de Medicina Veterinária/CRMV SP

O PASSADO MOLDA, O PRESENTE ACELERA, E O FUTURO JULGA!

A indústria de alimentação animal ocupa posição estratégica entre fornecedores de matérias-primas, energia, tecnologia e serviços e produtores de aves, suínos, bovinos, leite, ovos e peixes, além de atender aos animais de companhia. Essa centralidade a expõe a choques climáticos, geopolíticos, cambiais, logísticos, regulatórios e tributários, com limitada capacidade de controlá-los.

O setor mantém fundamentos favoráveis, sustentados pela demanda mundial por alimentos, competitividade brasileira e potencial exportador. Contudo, produzir com eficiência já não basta: é preciso antecipar riscos, diversificar suprimentos, preservar caixa, assegurar rastreabilidade e responder às mudanças de mercado.

Ao transformar milho, farelo de soja, coprodutos, farinhas, gorduras, minerais, vitaminas e aminoácidos em desempenho zootécnico e proteína animal, a indústria depende tanto da agricultura, energia, logística e indústria química quanto da rentabilidade de seus clientes. Assim, problemas distantes chegam rapidamente à ração: interrupções marítimas encarecem fretes e seguros; restrições de enxofre pressionam o ácido sulfúrico e os fosfatos destinados à fertilização e suplementação animal; barreiras às exportações de carnes alteram a demanda por alimentação animal.

Eventos naturais, fatores externos e causas domésticas devem moldar o futuro. Um El Niño intenso pode ampliar secas no Norte e Nordeste, chuvas no Sul e calor ou irregularidade das precipitações no Centro-Oeste e Sudeste. Os efeitos alcançam safras, pastagens, transporte, armazenagem, energia e desempenho dos animais. O clima precisa integrar a gestão de estoques, compras, formulações e capital de giro.

A geopolítica tornou-se geoeconomia: tarifas, cotas, sanções, investigações comerciais e exigências ambientais e sanitárias participam da disputa por mercados. Conflitos no Oriente Médio e entre Rússia e Ucrânia afetam petróleo, gás, enxofre, fertilizantes e navegação. Na União Europeia, regras contra o desmatamento, ajuste de carbono e salvaguardas ampliam exigências e podem limitar oportunidades do acordo com o Mercosul. A rastreabilidade passou a condicionar o acesso, exigindo comprovação de origem, segregação e controle de riscos ambientais e sanitários. Instrumentos como a Plataforma Agro Mais Sustentável/Agro+S podem apoiar essa demonstração.

Também requer acompanhamento a estratégia chinesa de segurança alimentar e menor dependência externa. Ganhos de produtividade e substituição de ingredientes, com redução do uso de farelo de soja ou milho, podem modificar fluxos comerciais e a demanda por produtos brasileiros.

No Brasil, juros reais elevados, desequilíbrio fiscal, endividamento rural, recuperações judiciais e crédito restrito limitam investimentos e consumo. A valorização do real pode aliviar custos de importação e inflação, mas reduz a competitividade das exportações e suas receitas em moeda nacional. Emprego e massa salarial sustentam a demanda doméstica, enquanto escassez de trabalhadores e dificuldades de retenção pressionam fábricas, propriedades, transportadores e serviços. Qualificação, automação e gestão de pessoas ganham importância, ao lado da superação de gargalos rodoviários, envelhecimento da frota, insuficiência de armazenagem e fretes elevados.

Na esfera institucional, mudanças no registro de importados, reforma tributária, redução de incentivos, logísti-

ca reversa, direitos antidumping e oscilações das alíquotas de importação ampliam a incerteza. A transição tributária exige atenção aos tratamentos de rações, concentrados, suplementos, premixes, aditivos, aminoácidos e grãos. Prorrogar os benefícios do Convênio ICMS 100 até a implantação plena do IBS é relevante para evitar aumentos abruptos de custos.

Avicultura de corte, postura e suinocultura apresentam condições mais favoráveis no curto prazo, enquanto bovinocultura de corte e leiteira exigem cautela adicional. Em qualquer segmento, a expansão deve acompanhar consumo e exportações: produzir além da absorção do mercado pode converter eficiência produtiva em perda econômica.

A resposta empresarial deve combinar inteligência de mercado, diversificação de fornecedores e origens, estoques de segurança e mapeamento de insumos críticos. Preservar liquidez, administrar exposição cambial e testar margens em cenários adversos são prioridades. Antecipar exigências ambientais, sanitárias e tributárias, fortalecer documentação e adequar compras, formulações e produção à demanda efetiva completam essa agenda.

Em 2026, o cenário aponta desaceleração e viés de baixa nas projeções. Embora emprego e renda apoiem a atividade, juros, endividamento e crédito restrito direcionam parte dos recursos das famílias à reorganização do orçamento. Para 2027, o encerramento do ciclo eleitoral, eventual retirada de estímulos, ajuste fiscal e política monetária restritiva podem reduzir investimentos. A intensidade dependerá do resultado eleitoral a ser apurado depois do 2º. turno, mas conter a dívida pública será necessário para preservar confiança e reduzir custos de financiamento.

As eleições legislativas nos Estados Unidos e as disputas comerciais também podem alterar o ambiente externo. A demanda mundial por alimentos seguirá oferecendo oportunidades ao Brasil, mas clima, protecionismo, juros, infraestrutura e disponibilidade de insumos pressionam simultaneamente as margens. Antecipar riscos e planejar diferentes cenários tornou-se mais prudente do que confiar em uma única previsão. ■